

“SE O DOIS DE JULHO MORRER, O QUE SERÁ DE NÓS?”: A PARTICIPAÇÃO DE SAUBARA NAS LUTAS PELA INDEPENDÊNCIA DA BAHIA EM 1822-23¹

Heriberto Gregório dos Santos²

RESUMO

O presente artigo discorre sobre a participação de Saubara nas lutas pela independência do Brasil, na Bahia, em 1822-23. Os antigos moradores afirmaram que “O povo da Saubara foi pra guerra lutar e que as mulheres buliram em armas, quem tinha ensinado foi o padre Manoel José Gonçalves Pereira”. A partir das narrativas dos saubarenses, de outrora, se entende que esta localidade foi um dos grandes palcos de conflitos contra os lusitanos. As indelévels memórias da participação dos saubarenses ficaram eternizadas em algumas fontes primárias e secundárias, como também por meio da oralidade presente nas canções das cheganças e na manifestação cultural conhecida como “Caretas do Mingau”, que rememora a participação das mulheres nos embates em torno da independência.

Palavras-chave: Brasil - História - Independência nas províncias, 1822-1824 - Saubara (BA); Caretas do Mingau - Saubara (BA); tradição oral - Saubara (BA).

ABSTRACT

This article discusses Saubara's participation in the struggles for independence in Brazil, in Bahia, in 1822-23. The former residents stated that “The people of Saubara went to war to fight and that the women carried weapons, who had taught them was Father Manoel José Gonçalves Pereira”. From the narratives of the Saubarenses, in the past, it is understood that this locality was one of the great stages of conflicts against the Portuguese. The indelible memories of the participation of the Saubarians were immortalized in some primary and secondary sources, as well as through the orality present in the songs of the arrivals and in the cultural manifestation known as “Caretas do Mingau”, which recalls the participation of women in the clashes around Independence.

Keywords: Brazil - History - Independence in the provinces, 1822-1824 - Saubara (BA); Caretas do Mingau - Saubara (BA); oral tradition - Saubara (BA).

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia Gomes de Souza.

² Bacharelado em Humanidades pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Como entender a participação de Saubara nas lutas pela independência do Brasil, na Bahia? A concretização da independência ocorreu após um ano de muita luta, tendo como principal foco de resistência os combates na Bahia. Desse modo, a chamada independência da Bahia inicia-se antes da independência brasileira, sendo esta consolidada em 2 de julho de 1823. E diferente da propagada proclamação pacífica às margens do rio Ipiranga, foi o resultado de muita luta envolvendo muitas cidades da região do recôncavo baiano, dentre eles, Saubara.

Saubara é um município que está localizado na região do Recôncavo Baiano, banhado pelas águas da Kiri Murê, hoje Baía de Todos os Santos, há 96 km de Salvador, mais precisamente de frente para a capital baiana, onde na sua extensão deságua o rio Paraguaçu. Saubara ao norte faz limite com o município de Santo Amaro, oeste com Cachoeira e Maragogipe, ao sul com Salinas das Margaridas e ao leste com Madre de Deus. Saubara possui uma área total de 163,50 Km². Sua população no ano de 2010 era de 11.201 habitantes (IBGE, 2012). Até o século XVI viviam nessa região os povos originários denominados de Tupinambás, os quais foram em determinado momento expulsos ou exterminados com a presença dos colonizadores. As terras começaram a pertencer ao terceiro Governador Geral da Bahia, Mem de Sá, responsável diretamente pelo extermínio das etnias, em boa parte do Recôncavo. A história de Saubara com a chegada dos colonizadores começa com muito derramamento de sangue. Por volta da segunda década do século XVI existiu o confronto entre portugueses x franceses (DONATO, 1987).

Quando se fala em Recôncavo produtor de farinha de mandioca nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX geralmente não se aponta para as localidades específicas, mas vale ressaltar que Saubara era uma das principais produtoras, além de também produzir do fumo e de extrair madeira. Porém, sua fama está mais associada ao mar, compreende-se então que se constitui numa comunidade tradicionalmente pesqueira. Contudo, existe esta diversidade de saberes e fazeres tanto no mar como na terra, agricultores, pescadores e marisqueiras. No início do século XX existia ainda a exportação de sal e arroz, além de outros gêneros para a capital. Voltando ao século XVII, suas terras já pertenceram à Santa Casa de Misericórdia da Bahia, a qual comprou das mãos do padre Francisco de Araújo. Neste mesmo século encontram-se várias histórias, inclusive dos povos da terra mãe, que vieram na condição de escravizados e, neste contexto, encontravam-se revoltas e fugas de africanos.

A trajetória deste trabalho expressa o empenho da comunidade em manter a memória viva dos seus heróis e heroínas, apesar de ser muitas vezes invisibilizada essa relevante participação, como a remoção dos canhões da cidade e o apagamento dos registros que comprovariam a intensa participação popular nas lutas pela independência, mas que os saubarenses mantiveram este legado na memória. Obviamente devido aos sumiços destas fontes históricas, ficaram as narrativas, ou o que chamamos de oralidade, e que proporcionou a manutenção de manifestações histórico-culturais como a Careta do Mingau e as canções das Cheganças, que se tornaram uma tradição em Saubara e que representam um registro da memória social do lugar. E com relação aos documentos oficiais, o que ocorreu é que algumas pessoas nem sempre socializavam esses achados e alguns ficaram sob o domínio da cidade de Santo Amaro, já que Saubara foi incluída como distrito de Santo Amaro no século XIX³.

Nesta perspectiva, enquanto ainda aluno da rede municipal, o desejo sempre foi de saciar a sede sobre a historiografia de Saubara, neste caso, ver também os documentos ou livros que apresentassem esta Saubara ímpar, tipo aquela célebre frase de São Tomé: “ Só acredito vendo”, simplesmente para afirmar a veracidade da coisa. E onde encontrar estes livros ou documentos? Como responder as dúvidas, se não havia instrumentos o suficiente em mãos? Outro fato importante a ser salientado é quando vinham pesquisadores(as) pesquisarem sobre Saubara, ou a temáticas alusivas ao Dois de Julho, que encontravam facilmente estes documentos, ou seja, os que vinham de fora saíam saciados enquanto nós continuávamos sedentos de informações. Parece ser até contradição, mas não é, isto implica em afirmar o monopólio das informações, pois para responder demandas a partir do que se encontrava escrito, os pesquisadores e pesquisadoras eram direcionados para determinadas pessoas como referência. Desse modo, passei a adotar como lema “aprender a ler para ensinar os meus camaradas”, presente nas cantigas de rodas de capoeira e samba de roda, e que passou a se constituir como missão para mim.

O envolvimento parte desta luta, de possibilitar o conhecimento acessível a todos(as) e não há uma caixinha fechada e engessada. Já que estes documentos e livros não estavam sob o domínio público e, de certa forma, longe da própria comunidade e para entender melhor o sentimento que paira até hoje na voz dos mais saudos saubarenses, quando afirmam: “ Aquele canhão de Santo Amaro é nosso”, nada mais justo do que procurar evidências. E como comprovar isso se não temos nada enquanto comprovação em mãos? Aquela máxima quando se afirma “vale o que tá escrito”. Daí então, começamos a debater Saubara a partir da

³ Segundo encontra-se no site do IBGE “Distrito criado com a denominação de Saubara, pela Lei Provincial n.º 1.619, de 04-07-1876, subordinado ao município de Santo Amaro”.

oralidade e procurar a existência dos tais documentos e livros, pois nos foi falado das cartas do padre em 1822-23, o que curiosamente estas também não se encontravam nem na própria paróquia de São Domingos de Gusmão da Saubara, numa relação sempre estranha com este patrimônio. Uma via cruces, angústia sobre angústia, porém uma motivação, então, fomos à procura passando por alguns dos Arquivos Públicos e bibliotecas em outras cidades que participaram do contexto das lutas no Recôncavo, ou falando dos episódios da independência nesta região. Passamos em Maragogipe, São Felix, Cachoeira e Santo Amaro, porém não foram encontrados documentos, apenas três ou quatro livros em bibliotecas diferentes.

Com a existência deste mundo globalizado, por meio da internet, passamos a pesquisar documentos e livros na internet. Assim, compramos mais dez livros nos sebosos e os documentos conseguimos nas bibliotecas digitais, nestas encontramos também jornais referentes à independência da Bahia. O desafio agora é sanar determinadas lacunas historiográficas, a priori, o conhecimento deve ser compartilhado, e é justamente neste momento que entram as correções, inicialmente reafirmar que existiram as lutas entre saubarenses x lusitanos.

Em linhas gerais, este trabalho de pesquisa não se consolida na escrita, mas sim na descoberta dos documentos que estavam submersos na historiografia oficial. Seguindo a máxima daqueles que porventura afirmam “que vale o que está escrito”, então a resposta vem em dobro para subverter a ordem dos discursos que negam as narrativas saubarenses e seu protagonismo no quesito confrontos contra os portugueses. Nesta linha de raciocínio, quando for apresentado parte deste acervo, ficará entendido o saudosismo sobre os canhões que de fato deveriam, ao menos, ser entregues ao município de Saubara. Trazer as falas dos antigos moradores como elemento norteador das discussões é viajar no tempo histórico e entender a própria história, ou seja, os episódios que aconteceram na extensão do território saubarense. Uma das falas significativas é quando se afirma: “Do alto da matriz se via os barcos que vinham atacar Saubara e Cachoeira”. Para ser entendida esta fala basta observar a imagem, a matriz de frente para a Baía de Todos os Santos.



Foto tirada do fundo da Igreja, com vista para o mar. Acervo pessoal do pesquisador.

2 JUSTIFICANDO A ESCOLHA

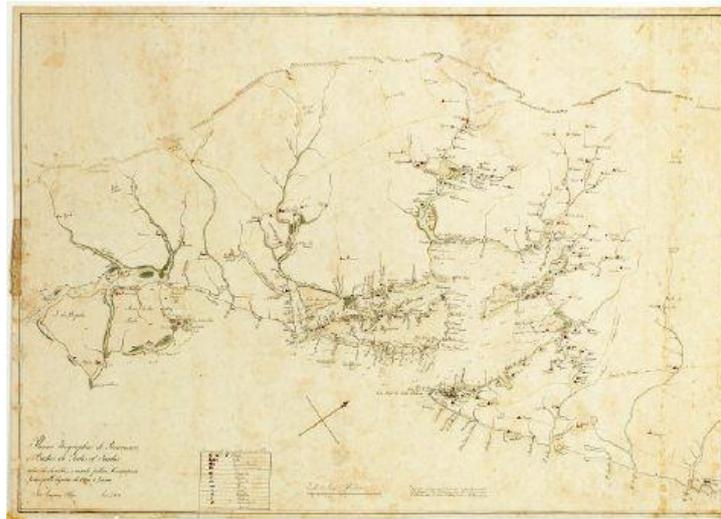
Ao rememorar as lutas emancipatórias da Bahia em 1822 e 1823, lembramos dos heróis e heroínas esquecidos no tempo ou até mesmo apagados da história, os quais enfrentaram a fúria lusitana, muitos destes pagaram com a própria vida como ato de heroísmo. Ao final das batalhas prevaleceu todo um esforço de coletividade, as tropas de Madeira de Melo navegaram em direção ao Atlântico, uma vez derrotadas com a junção das forças oriundas do país. Destas indelévels recordações existe de fato um problema que se encontra ancorado e bem enraizado que é a ingratidão historiográfica, ou seja, o não reconhecimento destes e destas que bravamente lutaram em prol da causa nacional. É inadmissível que não seja reparada esta dimensão no Recôncavo, pois para formar parte do chamado exército pacificador para lutar contra os portugueses, saíram os diversos emissários em busca do apoio dos senhores de engenhos, religiosos, dentre outros, para o enfrentamento, o que acarretaria mais tarde no 2 de julho de 1823 e o triunfo sobre as tropas de Madeira de Melo. O exército

foi formado por boa parte de pessoas oriundas do Recôncavo, logo, não dá para falar do Recôncavo sem seus respectivos habitantes, sem reafirmar esse protagonismo.

E na Saubara dos cantos e encantos como cantava a poetiza Judite Barros, existiu a nobre cooperação dos saubarenses. Notadamente, poucos sabem afirmar quais os nomes destes batalhões, com exceção do Periquito, que tinha como líder Maria Quitéria, os outros são poucos mencionados, ou melhor, esquecidos.

[...] Eles o fizeram reunindo no Recôncavo e nas campinas de Pirajá, as seguintes forças: os batalhões da Torre, commandados por Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, depois visconde de Pirajá; um batalhão organizado em Cachoeira pelo coronel Rodrigo A. Falcão Brandão; o corpo de voluntarios denominado “Periquitos”, sob o comando de Silva Castro; o “Bellona” composto de 400 voluntarios e commadado por Ignacio Pitombo; o “Mavorte”, de 300 voluntarios, do commando de Verissimo Cassiano de Souza; a milícia de Santo Amaro com 500 praças; (...) batalhão da Saubara, de 400 praças, creado e armado com artilharia pelo vigario da freguezia, padre Bernardo; 710 homens embarcados na flotilha de Itaparica, e mais de 2.500 entrincheirados nas costas desta ilha. (MARQUES 1924, pp.156-8)

No mapa abaixo, feito por um português em 1823, destaca as posições vitais da guerra e neste se encontra também a Costa da Saubara.



Fonte: <https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/4294979400>

Por que fazer este recorte historiográfico? A priori, esta discussão não é ufanismo patriótico reafirmada como um passado de glória que precisa ser contextualizado, uma vez que os discursos não nos contemplam, e por isso urge o debate. Por isso precisa existir na sua totalidade e profundidade, pois ainda existem as diversas rasuras do contexto historiográfico, e considero uma grande contradição quando se afirma que o grande dia, o Dois de Julho, se

resumiu apenas à capital e algumas vilas do Recôncavo e aí se configuram de fato as injustiças historiográficas, ao mesmo tempo a falta de profundidade. É preciso, como se afirma no adágio popular, “Dar nome aos bois”. Quem lutou de fato? Segundo Amaral (2005),

A comemoração do centenário da independência deu lugar a diversas produções literárias em que se notam desvios numerosos na exatidão precisa da história nacional, assim como omissões injustas, porque houve no Brasil um lugar em que a independência custou sangue e sério esforços e foi conquistada de um modo que honra o povo brasileiro. (AMARAL 2005,p.9).

Desse modo, esta roda de conversa como assim considero que melhor expresse o meu objetivo com a narrativa que criei, é imprescindível, devido a negligência historiográfica, ou seja, existem algumas falas que deturpam o próprio protagonismo do Recôncavo, teoria esta sem nexos com os acontecimentos do passado em 1822-23. Por outro lado, uma motivação pessoal para combater os tais argumentos em forma de falácias que afirmam: “*O Recôncavo organizou, mas não lutou, não houveram guerras no Recôncavo*”. Confesso que isto tornou-se uma afronta pessoal, pois nega o suor e o sangue derramados não só dos saubarenses, quanto de outras localidades que tiveram o mesmo empenho em defender o grito de liberdade. Má fé ou estupidez? Ao certo, o Recôncavo como algoz da sua própria historicidade, se simplificada a história constitui-se como instrumento ideológico, e se for trazida para o popular “cada um puxa brasa para sua sardinha”.

Apesar destas narrativas assimétricas, o que venho constatando é que o contexto histórico fala por si só, sem precisar por vezes intérpretes, o que não se pode negar, é o ato histórico. Segundo Amaral (2006),

Na Saubara, o vigário padre Bernardo arregimentava suas tropas e defende, com rara bravura, aquele ponto estratégico, que, dominado ou conquistado, seria talvez, fatal a revolução. Feito aí algum desembarque estariam prestes, porventura, às mãos dos inimigos as Vilas de Cachoeira e S.Amaro, e com elas, o sertão. “Esse patriota refere um historiador”, armou a costa da Saubara com artilharia, criou um batalhão de 400 praças, todo de voluntários, equipou-o, armou-o à sua custa, ensinando ele mesmo a seus soldados o manejo da artilharia, fazendo fogo à esquadilha de Madeira quando se lhe aproximava... (AMARAL 2006, p. 63)

Fazendo este contraponto, após o exposto acima, percebe-se que a história continua sendo contada na vertical, de cima para baixo. No entanto, é possível reverter esta polarização do saber, neste caso, forçar este debate, logo, toda esta envergadura ou distorção historiográfica aparecerá na posição horizontal. Lamentável estes discursos que por horas deveriam reafirmar e legitimar a importância desta região. “*Não só Cachoeira, mas todo o*

Recôncavo organiza seus contingentes patrióticos para expulsão dos lusos”. (Cartilha Histórica da Bahia 3ª Edição 1981, p. 200). É perceptível que estas rasuras são frutos das falas de determinados especialistas da área de história, então, acredito que muitos tenham receio de questionar ou pedir uma explicação mais plausível, como não acontece, existe esta continuidade desta distorção. Quem ganha com isso? Quem perde, já sabemos, uma vez que heróis e heroínas foram invisibilizados, comprometendo a memória desta região, mais mística do Estado da Bahia.

Bem provável que os saubarenses que debatem esta temática não querem tomar emprestado o posto das outras cidades, que historicamente são reconhecidas como patrimônios históricos por órgãos como o IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia), IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a ciência e a Cultura). A inclusão na historiografia como uma das cidades que contribuíram de fato neste processo, fará uma espécie de revisão, reconhecendo que entre as sedes depois da capital Salvador e a ilha de Itaparica, foi o local onde mais houve batalhas.

Ainda num destes antigos pontos de defesa do litoral da Saubara, o do Bom Jesus dos Pobres, existem canhões abandonados, dos quais impediram o desembarque dos soldados da metrópole, salvando, assim, por ventura, o Recôncavo. Este ponto era comandado por um oficial de tropa de linha, Antonio Maria Silva Torres. A Saubara era quase diariamente atacada pelo inimigo, cujas investidas mais vigorosas foram levadas a cabo em setembro e em novembro de 1822. (CAMPOS, 1940, p. 279)

Por mais que alguns historiadores como Antônio Risério (2004) afirmem que foram pequenos conflitos, não pode negar que existiram os confrontos. Este historiador não se atentou a outros grandes episódios, também foi muito raso, pois não analisou o modo de guerrear no passado, ao que parece não quis destacar a importância destes conflitos na região, faltou este comprometimento histórico.

Na verdade, como já disse, a guerra da independência da Bahia não foi uma guerra de grandes batalhas. Ela se caracterizou, principalmente, por pequenos entevos. Episódios belicamente breves e pouco mortíferos: tomada da escuna no Paraguaçu, tentativa de desembarque lusitano em Saubara, tiroteios em Itaparica, etc. (RISÉRIO, 2004, p.324).

Por estes fatos elencados que não podemos nos calar e dá tréguas a todo esse contexto que de alguma maneira tenta excluir, e depois se reduz a pequenas lembranças. O título deste trabalho tem esta missão da reparação histórica e reafirma a fala dos antigos moradores, o que muitos não incorporaram como veracidade absoluta. Neste trabalho, dentre outros, pretendo

reafirmar a participação heróica do povo saubarense, que de forma alguma merece estar no subterrâneo da história por meio do convencimento de determinados especialistas, que por sinal, por vezes, se ouvia tais afirmações de cunho pejorativo “são devaneios, credices e lenda do povo saubarense”, ou seja, chacotas, pilhérias, negação das narrativas via oralidade. Entendemos também que na própria comunidade houve a chamada deturpação, uma vez que não foram sustentadas a existência dos combates contra os portugueses e deu-se muita atenção às vozes exteriores. Desse modo, através dos registros dos religiosos da época, das histórias repassadas pela oralidade e das manifestações culturais, como a careta do mingau e das cheganças, tentarei reconstituir as pistas da participação de Saubara nas lutas pela independência do Brasil, na Bahia.

3 A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA ATRAVÉS DOS REGISTROS DOS PADRES

Existe uma incógnita no que se refere à presença dos sacerdotes que lideram a comunidade nesse período. Para Pedreira (1972, p.42) “(...) “fantasmagórico Vigário padre Bernardo [...] nunca exerceu tal cargo naquela Freguezia”. Para Campos (1940),

[...] Ficaram prontas nos primeiros dias de julho de 1822, e foram artilhadas e guarnecidas vigário padre Bernardo, aliás Manuel José Gonçalves (551), “verdadeiro sacerdote de lenda, que ensinava o manejo das armas como bom sargento, e em pessoas deitava fogo às peças, que mandara fundir, cujas descargas infundiam respeito aos brigues portugueses” (CAMPOS, 1940, pp. 278-9).

Campos está baseado no documento da Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) nº 49, porém não aparece o ano. Já Amaral (2005, pp 68-9), destaca que muitos daqueles na condição de articuladores em prol da independência abdicaram de seus nomes de batismo ou de ascendência portuguesa. Apresenta figuras como “Ladislao do Espírito Santo Mello, que se apelida Ladislao dos Santos Titara”, dentre outros. De fato, existe esta dúvida a ser tirada: se são dois padres ou apenas um que mudou de nome. Fato inegável apesar das críticas vindas de Pedreira e outros historiadores, como Braz do Amaral, Wanderley Pinho etc. Os primeiros relatos abordam a presença do padre Bernardo Brandão de Mello, o que é provável que este sacerdote não pertencesse a Arquidiocese de São Salvador da Bahia, e sim seria religioso que tinha terras na extensão da paróquia.

Pedreira é o mais cético, pois não acredita na existência de Bernardo enquanto vigário, nas suas pesquisas destaca a condecoração de Manoel, que por vezes aparece Manuel.

E o padre Manuel José Gonçalves Pereira, em razão de sua heróica participação, foi agraciado pelo Imperador D. Pedro I°, através o Decreto de 19 de março de 1826, com o título de Cavaleiro da “Ordem de Cristo”, sendo, depois, nomeado Deão do Arcebispado da Bahia. Foi, o Padre Manuel Pereira, substituído na Freguezia de “São Domingos da Saubara” pelo Padre da Silva Freire. (PEDREIRA, 1970,p. 29).

Ainda segundo o autor afirma, que:

Concluimos, portanto, à luz da documentação por nós encontrada, que as façanhas, creditadas ao pseudo Vigário de Saubara “padre Bernardo”, foram efetuadas, sem sombra de dúvida, pelo verdadeiro Vigário da Freguezia na época, o Padre Manuel José Gonçalves Pereira. A ele, pois, devem ser tributadas as honras da defesa de Saubara, Acupe, e da orla santamarense, onde os portugueses foram várias vezes derrotados. Santo Amaro, junho de 1970. (PEDREIRA, 1970, p. 30)

Pedreira(1974) foi quem fez a tradução das Cartas do Padre Manoel José Gonçalves Pereira, ao todo vinte e uma cartas, todas elas escritas em Saubara entre 1822-23, e que hoje estão sob os cuidados do Arquivo Público da Bahia. Pedreira fez a tradução das mesmas no ano de 1974, dentre estas a de nº 4 que ressalta a participação popular com armas em punho. Existem indícios que tenham outras cartas além destas escritas pelo vigário.

Participo a V. Exa. para levar ao conhecimento do Exmo. Governo, que ontem pelas duas horas da tarde vi fundear do ponto de Manguinhos e ponta de N- Sra. de Guadalupe para dentro da Costa desta Saubara, dois barcos inimigos e uma Escuna ou coisa semelhante, depois de fazerem fogo não muito para aquela, desta parte e hoje ao passar o barco que ia o Alferes Ajudante-de-Ordens, e mais duas embarcações nossas fizeram força de remos sobre as embarcações 4 barcas, pelo que mandei do ponto da Camboa uma Canoa a participar as tais embarcações que voltassem, e na Canoa do aviso veio para terra o dito Ajudante-de-Ordens, que o mandei levar à Vila de S. Francisco em uma Canoa, e passou livre, e o barco e mais duas embarcações seguiram para onde por mim foi determinado as quatro barças ditas não cessado de velejar cruzando a nossa costa e bem contíguas a ela, pelo que de ontem para cá tenho a gente toda em armas, e vigilante, e protesto a V. Exa. fazer o que estiver ao meu alcance para fazer repelir qualquer desembarque que o inimigo tente fazer nos pontos desta Costa. Deus guarde a V. Exa. Consistório da Matriz da Saubara, 13 de novembro de 1822. — limo. e Exmo. Sr. Secretário do Conselho Interino do Governo da Província. (ass) Manoel José Gonçalves Pereira, Vigário da Saubara. P.S. — A escuna e uma barça conservam-se fundeadas no ponto que ontem tomaram, e aí continuam ancoradas. (PEDREIRA 1974,p.35).

A principal discussão ou eixo central é a existênciada atuação dos religiosos, não sabendo ao certo o número, e se estavam só nos embates ou também liderando a comunidade nos confrontos contra os lusitanos. O que reforça que existem os equívocos acadêmicos quando reafirmam que nas lutas não existiu a presença da participação popular nos confrontos, ou até mesmo a ausência destes nos embates.Pedreira (1970) afirma que:

O Padre Manoel José Gonçalves Pereira, em razão de sua heróica participação, foi agraciado pelo Imperador D. Pedro I^o, através do Decreto de 19 de março de 1826, com o título de Cavaleiro da “Ordem de Cristo”, sendo, nomeado Deão do Arcebispado da Bahia. Foi o Padre Manuel Pereira, substituído na Freguezia de “São Domingos da Saubara” pelo Padre Pedro da Silva Freire.

Sobre os religiosos, Barros (1925) apresenta a existência de dois, o que acalora ainda mais a discussão e deixa dúvidas sobre os outros historiadores, ou seja, uma pauta que não chegaria ao fim tão cedo devido a vasta documentação existente que por horas afirma ou confunde. E ainda prossegue o autor:

4^o O padre Manoel José Gonçalves Pereira, Vigário collado da Freguezia de S. Domingos da Saubara distante desta Cidade sete legoas, e aborda do mar. Pretendendo muitas vezes o inimigo desembarcar neste lugar para atacar por terra as Villas de Santo Amaro e Caxoeira, centro do Governo, este Ecclesiastico animou os Povos d’aquelledistricto, que fizerão a mais crua guerra aos invasores, que muitas vezes retrocederão destroçados. Estes esforços forão também auxiliados pelo Padre Bernardo de Mello Brandão, que de sangue frio o furor Luzitano. (BARROS, 1925, p.54).

4 E COMPLEMENTANDO ESSA REDE DE SIGNIFICADOS COM OS REGISTROS DA ORALIDADE

Um dos questionamentos que nos fazem é com relação a forma que a comunidade guardou toda esta memória, sendo que os documentos não estavam acessíveis ao público. A grande baluarte da memória de Saubara, é a historiografia saubareense produzida pela senhora Domitilha da Paixão (*in memoriam*). Segundo o que circula pela cidade, foi uma das responsáveis pela compra da imagem da cabocla, e que juntamente com o senhor Cândido Mendes, era uma articuladora cultural. Conta-se que ela saía pelas ruas juntamente com um grupo que puxava o carro com a imagem da cabocla e parava em alguns lugares para discursar sobre o Dois de Julho. Seus belos discursos não ficaram registrados em atas, no entanto, ficou imortalizada uma das suas frases na comunidade saubareense: “Se o Dois de Julho morrer, o que será de nós?”

Esta frase perdura como enigma, algumas pessoas se questionam até os dias atuais, qual o real sentido desta frase? Quando compreendida a célebre frase, os indivíduos se situam sobre o ato histórico, entendem que em Saubara existiram as batalhas e que de forma alguma deve ser esquecido todo o engajamento em prol da causa nacional. Existe também um outro legado deixado por Domitilha, conta-se que já em idade avançada algumas pessoas levaram a

imagem da cabocla até a sua porta em um dia de domingo e quando estava o carro parado em sua porta, veio um mascarado, o qual chamamos de careta, e deu um abraço na imagem da cabocla. Então Domitilha disse: “*Veja, que até o diabo saiu do inferno para abraçar a nossa heroína*”. Domitilha também, segundo informações, foi no passado uma das responsáveis pelo grupo denominado Caretas do Mingau, anterior à figura emblemática de Maria da Cruz.

Conta-se também que sem a presença física de Domitilha no começo da década de 70, as escolas partindo do seu corpo de diretores(as) e professores(as), militantes da cultura da época, lideranças etc, passaram a organizar o desfile cívico. O ano com precisão existe uma dúvida, acredita-se que seja o ano de 1972, pois entrevistamos Marivalda Reis sobre uma foto que a mesma participava do desfile, segurando uma bandeira: “Nesta foto estava com doze anos e foi em 1979 estudava no ginásio”. Afirmou a mesma que antes de estudar no antigo ginásio, era aluna da Escola Professor Caio Moura e não sabia o motivo pelo qual, não havia a participação da escola no desfile. “Eu via aquelas meninas desfilando e ficava morrendo de vontade de estar ali”. O Caio Moura era o colégio estadual e por vezes não participava do desfile, no entanto, pelo relato da mesma e do seu Júlio César, filho do senhor Geraldo, um dos articuladores da época, inclusive da emancipação política, Júlio afirma que: “Em 72 ou 73 estava no colégio em Acupe estudando no ginásio e já tinha o desfile”. Porém, apesar destas falas, outras pessoas afirmam que antes das escolas algumas famílias arrumavam as portas e muitos acompanhavam a comitiva de Domitilha da Paixão.

5 AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS, FRUTO DA MEMÓRIA HISTÓRICA DE SAUBARA

Se os discursos excluíram Saubara dos episódios das lutas, as manifestações da cultura popular reverterem a situação, conseguem trazer Saubara para o epicentro das discussões, seja nas canções das cheganças, como também nas Caretas do Mingau. Em Saubara encontra-se canções que atravessaram dois séculos de história, e ao mesmo tempo as lembranças da participação feminina, que ainda está viva nos corpos. Enquanto as cidades expõem as atas ou canhões dos feitos nas lutas, Saubara guardou estes dois grandes legados enquanto respostas que retificam e ratificam a sua importância. Provavelmente muitos conhecem as cheganças, porém, poucos analisaram as letras ou sequer deram ouvidos às canções.

6 AS CHEGANÇAS

Segundo Rosildo do Rosário (2020),

A participação de saubarenses nas lutas está até os dias de hoje permanentemente rememorada, quando a Chegança dos Marujos Fragata Brasileira vai às ruas, esse é o papel de quem preserva a história, pois socialmente, as manifestações culturais têm a capacidade de se transformar, ao mesmo tempo que transforma quem dela se apropria, quem dela se alimenta. (ROSÁRIO, 2020, p.76)

Ao analisar as canções das cheganças, identifiquei que algumas delas são voltadas para episódios alusivos à independência da Bahia, não podemos aqui provar se a melodia e harmonia são as mesmas, em contraste, as letras se referem as memórias, e muitas são trechos que se encontram no hino oficial da Bahia, ou até mesmo relativo a expulsão dos lusitanos. As canções ou palavras cantadas foram passadas de geração em geração, sem mesmo ter nenhuma gravação em áudio até por volta de 2002. Os marujos e marujas aprenderam com seus mestres o jeito de cantar e tocar, ou seja, emprestaram os ouvidos e por isso estas canções não caíram no desuso mesmo sem a presença da manifestação propriamente dita, pois as cheganças ficaram um tempo inativas, contudo, as canções não foram esquecidas. Nas cheganças ficaram parte destas narrativas a partir dos sinais de liberdade. Segundo Tavares (2012, p.99), “Mora tudo quanto é maroto [...] Foi um sinal para os acontecimentos de 24 e 25 de junho”. Como forma de pilhéria se cantava o triunfo sobre a tirania lusitana, expresso nesta canção por nome Maroto Pé de Chumbo (GUMES;ROSÁRIO, 2014, p.47). Como podemos ver:

Maroto pé de chumbo calcanhar de frigideira (2x)
 Perdeu a liberdade de casar com a brasileira (2x)
 Itaparica baleia em Santo Amaro xangó (2x)
 Cachoeira Pititinga no sertão belo mocó (2x)
 Quem tiver a sua filha não dê ela a marinheiro (2x)
 Dê a branco ou a mulato que nação brasileira (2x)
 Fora maroto fora, fora maroto daqui (2x)
 Brasileiro não quer mais maroto no Brasil (2x)

Nesta perspectiva é rememorada também a memória dos batalhões que sobem em direção à capital para lutar em Pirajá, local da grande batalha.

Vamos companheiro Vamos lá chegar (2x)
 Leva essa bandeira Lá em Pirajá (2x)
 Marcha marujada ao raiar do dia (2x)
 Vamos dá a vida ao povo da Bahia (2x)

De acordo com Ferraz(1923, pp. 54-5):

Já as mães baianas com acentos guerreiros embalavam os filhinhos:

Acalanta-te ó menino,
Dorme já para crescer;
O Brasil precisa filhos;
Independência ou morrer!

Já nas cheganças canta-se:

Cresce, cresce meus meninos
Para a Pátria defender (2x)
Que o Brasil está jurado
Ou liberdade ou morrer (2x). (GUMES; ROSÁRIO 2014, p.35).

As canções estão alinhadas a parte poética das lutas, por entender a existência das pilhérias trocadas por brasileiros x lusitanos, como também os poemas de Titara traduzidos para o sesquicentenário, em 1973. Ou seja, os confrontos não se deram só no campo das lutas bélicas ou intelectuais, existiram estes fragmentos que são pouco contextualizados. Pós a guerra também se faziam poemas ou discursos estampados nos jornais do século XIX, como A MARMOTA, de 28 de setembro de 1858, na sua primeira página apresenta justamente os discursos e poemas ao Dois de Julho.

7 CARETAS DO MINGAU

Segundo Almeida (2017,p.7), “Aqui, a guerra tem rosto de mulher, o brincar é assombro, as Caretas oferecem mingau e Saubara transforma-se num portal anímico e a escrita é entendida como uma possibilidade de vida, uma narrativa pela qual se forma um modo de existir”. Para as mulheres “brincar de caretas” em Saubara é usualmente falada a expressão “sair de caretas”, ou seja, é a celebração da memória, triunfo sobre a tirania lusitana revivida em outros corpos. Maria da Cruz em entrevista disse: “é a lembrança das mulheres na guerra”. A atual coordenadora Guiomar Freitas afirma: “Minha mãe saia de Caretas do Mingau com Maria da Cruz, ficava com medo. Depois ela deixou de sair porque da idade e depois Maria da Cruz me chamou pra sair de careta, eu disse eu vou! E hoje eu substituo minha mãe”. Histórias de mulheres negras, se Maria Felipa mesmo reconhecida como heroína da independência é negada por alguns historiadores, se a mesma que representava toda uma

coletividade de mulheres negras ainda existe todo este ceticismo, fico a imaginar o epistemicídio que as Caretas do Mingau é também vítima, justamente pela negação histórica do povo negro por parte do eurocentrismo e da invisibilização da sua larga contribuição para este país. O gênero feminino, com exceção de Joana Angélica e Maria Quitéria, pouco se debate sobre as outras participações nas lutas pela independência. Quais motivos de não reverberar o protagonismo feminino nas lutas de 1822 e 1823? Impossível pensar uma guerra exclusivamente de homens x homens sem sequer mover um olhar para a participação feminina, neste caso, outras heroínas adjetivadas como anônimas.

Notadamente existe de fato uma brutalidade historiográfica, que exalta a cor da pele e a cordos olhos que são eurocêtricos de Joana Angélica e de Maria Quitéria, enquanto tentam negar a existência de Maria Felipa da cor ancestral, juntamente com suas companheiras. Outro fato interessante que esta exaltação compreende-se enquanto espaço geográfico, encontra-se no âmbito da capital, seja o martírio de Angélica ou a ação de Quitéria em Pirajá, enquanto que no Recôncavo ou em outras regiões, quase nada direcionou para a realização de pesquisas sobre a atuação das mulheres destas regiões, por esta historiografia anêmica. Basta lembrar a passagem de Maria Quitéria no Recôncavo. Segundo Ferraz (1923),

Em fins de 1822, à frente de uma plêiade heróica do seu mesmo sexo, todas com água até os seios, operava prodígios de valor à foz do Paraguassú, electrizando os soldados no impedir um desembarque, Cantou-a Santos Titára:
Tinha de iras, rancor e toda fogo,
Tu destemida Penthesileaheróica,
Mais e mais n'alma dellas sopras flammas. (FERRAZ, 1923, p.59)

Para Amaral (2005) as lutas se deram na Barra do Paraguaçu, como afirma:

Foi na Barra do Paraguaçu que Maria Quitéria de Jesus Medeiros, taboara de S. José de Itaporocas, terras então deste distrito de Cachoeira passa à imortalidade, à frente de outras heroínas, bramindo o alfanje libertador de sua terra numa arremetida estupenda de audácia, contra os inimigos que tentavam desembarcar, combatendo com água até os seios ardentes e eletrizando os soldados de Victor Topázios, encarregado do ponto vulnerável. (AMARAL, 2005, p. 84).

Ao sinalizar a foz da Barra do Paraguaçu estamos recorrendo ao Recôncavo, que está nas mediações entre Saubara, Maragojipe e Salinas da Margarida. E, portanto, não é na capital, são mulheres negras do interior do Estado. As primeiras a sofrerem o epistemicídio são as indígenas, apesar da imagem da cabocla ter todo um estereótipo, a presença feminina enquanto povo não perpassa a estas narrativas.

Crianças e mulheres, na inconsciência das grandes causas que em toda parte captam adeptos, fazendo de um garoto um herói e de uma boa mãe uma [heroína], desenterravam da areia, em Itaparica, as balas inimigas, com que seus Paes e seus maridos, recambiando-as em novos tiros, davam ao adversário a mais digna e a mais eloqüente das respostas. Armados de arco e flecha, índios com as suas mulheres, commandadas por Bartholomeu, o Jacaré, formavam alguns troços mais temíveis... (FERRAZ, 1923, p. 56).

Ao refletir sobre a participação feminina nas lutas, Saubara guardou este grande legado conhecido carinhosamente como Caretas do Mingau. Já no exposto acima, “(...) as mulheres buliram em armas”. Bulir em armas significa afirmar que as mesmas manejaram armas para o combate. A história destas mulheres saubarenses sempre foi analisada primeiramente como uma lenda ou imaginário popular e não de fato como resistência. Saubara como comunidade majoritariamente negra de pescadores e marisqueiras e confundida como um eterno distrito de Santo Amaro, ou seja, um segundo plano da história do Recôncavo, então as narrativas são assimiladas como pouco legítimas. Então como legitimá-las? Desconstruir o imaginário dos opressores, reafirmar que existe um anacronismo científico, cronológico e cético, o que torna-os cegos, pois não enxergam as entrelinhas ou o poder de contextualização e por isso cabe a disputa de narrativas da nossa parte.

A distorção existente na própria comunidade deu-se muito mais ao ouvir as vozes exteriores do que reafirmar o próprio protagonismo, porém entendido que foram estratégias que mantiveram as memórias. “As mulheres se vestiram de branco criando disfarces para levar comida e armas para seus maridos que estavam no mato, nas trincheiras lutando”. Analisamos também que existiu um problema de tradução, falou de um jeito e ouviu de outro. O pano branco em análise rememora uma antiga Irmandade da Igreja católica. Irmandade das Santas Almas que Padecem no Purgatório 1811. Partindo de alguns pressupostos, estas mulheres por uma questão patriarcal eram responsáveis pelas tarefas domésticas, contudo, naquele momento de guerra preferimos afirmar que foram mãos habilidosas no preparo dos alimentos para os combatentes.

Quanto ao fator Irmandade, algumas falas da comunidade, a exemplo do professor Nilo Trindade, que é também militante da cultura local, afirma o mesmo: “As mulheres saíam de trás da Igreja e do cemitério”. São lembranças que reafirmam uma ligação com o mundo espiritual, já que nem tudo foi passado ou se perdeu ao longo da caminhada. O grupo cultural atualmente aumentou o ciclo de atividades. No passado apenas no dia 01, na madrugada para o dia 02 de julho, que é o dia tradicional do cortejo, reuniam-se mulheres as quais se vestiam de branco com chapéu de palha sobre a cabeça, algumas usavam panelas levando o mingau. Já outras incensos e licores, os homens alguns também se vestem de caretas, que geralmente são

os músicos. No ano de 2021 a câmara municipal por meio do vereador Iverson Barbosa, autor do projeto de lei, concedeu o dia 01 de julho como o dia municipal das Caretas do Mingau. A partir de então, o grupo que já tinha colocado em seu calendário a partição do dia primeiro na noite dedicada à cabocla em Saubara, chamado por várias pessoas de Pegada da Cabocla, e a partir de 2022 adentrou os distritos de Cabuçu e Bom Jesus dos Pobres, além de uma feira cultural no período da tarde.

Raul Lody (2008), no livro “Brasil bom de boca: temas da antropologia da alimentação”, analisa que o ato de oferecer mingau pelas caretas é uma alusão aos povos de África:

Se as sociedades egunguns, com sua ética e estética, estão nos rituais religiosos em Itaparica, Bahia, vêem-se, enquanto forma tradicional e certamente egungun, os caretas de mingau. São maneiras de trazer memórias arcaicas africanas, de lembrar anualmente um costume que vai muito além de oferecer mingau. Comida mole, comida que traduz a presença de povos de África no Brasil, dos ancestrais próximos, contudo, uma compreensão de egungun na nova terra, convivendo com ancestrais fundadores africanos; ancestrais mileneses também lembrados e presentes no chamado candomblé Lesse Egun, integrado por história e hierarquia aos candomblés. Lesse orixá, em maior número e variedade (LODY 2008, p.326)

O mingau ele deve ser internalizado a outras questões mediante aos episódios da independência. Tavares (2012) apresenta afadiga e a fome na capital, ou seja, faltaram gêneros alimentícios de primeira necessidade, em especial, a farinha de mandioca. Saubara se afirmou como uma das mais antigas produtoras de farinha do Recôncavo. Alburquerque (2007, p.29) afirma que “a partir de então, Nazaré tornou-se fornecedor de gêneros de primeira necessidade para as tropas brasileiras, juntamente com a região de Saubara, enquanto Salvador penava com a carestia de alimentos”. Esta epistemologia do mingau nos permite entender estes outros aspectos silenciados nas discussões. Se tratando deste alimento, vale lembrar também que estas mãos habilidosas aprontavam o pirão, a farofa, a moqueca, o escaldo, etc.

Quando falamos em mãos habilidosas, lembra-se mais uma vez dos registros do mestre Tavares (2012):

O bate de 40 a 60 bois por dia envolvia também grande número de mulheres e homens utilizados para preparar as carnes e os miúdos-- coração, fígado, rins, cérebro, língua e tripa de cada boi -- para o consumo... A Bahia daquela época não fazia churrasco. Fazia carne assada ou cozida, servida com farinha, feijão ensopado, banana ou aipim. Havia 1.517 pessoas (homens e mulheres) dedicadas ao abate do gado, a cozinhar a carne e os miúdos e em servi-los aos soldados. Outro problema, não menor, consistia em cuidar e alimentar os doentes nos “hospitais”. Só em Itapuã calculava-se 703!... (TAVARES, 2012, p.216)

Não menos ou mais importante, era o enfrentamento perante a tirania lusitana, estas mulheres como uma Águia que defende seu ninho foram defender seus filhos e maridos, não estavam apenas nos afazeres, mas na luta à beira da morte, pois enfrentaram homens com experiência de manejo de armas de fogo, contribuíram para que os lusitanos não desembarcassem na costa saubareense, liquidaram o adversário. Ali a presença feminina reafirmava que a comunidade não estava dispersa, os homens não estavam sozinhos, logo o chamado protagonismo feminino existiu e por isso os saubareenses não aceitam ser chamadas de lendas ou imaginário popular e, sim, como heroínas, já que as outras citadas fizeram o mesmo, ou seja, enfrentaram os lusitanos. Neste quesito, as saubareenses não devem em nada para a historiografia oficial e a participação das mulheres na luta pela independência.

E voltando a máxima dita por muitos: “Vale o que tá escrito”. Partindo mais uma vez deste viés, estas mulheres foram registradas além das cartas do padre Manoel José Gonçalves Pereira, a de nº 4 “(...) pelo que de ontem para cá tenho a gente toda em armas, e vigilante”, também no Dossiê do Marechal Labatut, escrito por Affonso Ruy em 1960 (p. 80):

A luta se alonga por mais de seis horas; um assalto inútil com desperdício de cartuchame; os portugueses desistem de seu intento para ameaçar Saubara; cujos defensores liderados pelo padre Manoel José Gonçalves Pereira; sem distinção de sexos; os rechassam”. (RUY, 1960, p. 80)

Que não restem dúvidas por parte dos céticos, por ventura, pois na madrugada do dia Dois de Julho no tradicional cortejo, as mulheres estão reunidas para celebrar o triunfo sobre os portugueses. Entre o ato histórico, a oralidade e a manifestação propriamente dita, atravessam dois séculos de pura resistência, uma vez que recorreremos ao Estado para que o suor e o sangue derramado em detrimento da causa nacional seja reconhecido por meio das Caretas do Mingau. Ao abordar rasuras historiográficas, em especial, os historiadores que não se debruçaram na quantidade de confrontos, basta uma análise da guerra em Pirajá que levou oito horas, já em Saubara mais de seis horas, como consta no Dossiê do Marechal Labattut (RUY, 1960), relativamente o mesmo tempo, por isso não devemos abdicar deste direito, e diferente dos confrontos em Pirajá apenas uma mulher é citada, que foi Quitéria. Em Saubara, um grupo embora sem a identificação de nomes, no entanto, identificadas como mulheres saubareenses, lutou e marcou a memória social, registrando a resistência dessas guerreiras, que perdura até os dias atuais, em toda madrugada do dia 02 de julho.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bicentenário é convidativo para as devidas correções historiográficas, podendo propor um debate coeso que reafirme a importância desta região e que possa ser contada pelos seus próprios moradores divergindo ou não, porém com esta ressalva que deve ser feita, com os nativos com a possibilidade também de narrar as suas histórias, como forma de arejar o saber, produzir outras discursividades sobre esse período histórico. Não cabem mais estas atitudes egocêntricas, é preciso legitimar os que não foram ainda contemplados por meio da historiografia oficial. Nesta dimensão é que queremos escutar um pouco São Félix, Maragojipe, Muritiba e Iguape como também a nossa Saubara. A palavra Recôncavo é mencionada por diversas vezes, porém é resumida a Cachoeira e a Santo Amaro, ou a 14 e 25 de junho. O Recôncavo não precisa ser lembrado como estatística geográfica nas lutas pela independência e sim como protagonista, já que a capital Salvador em 1822 foi sitiada pelas tropas de Madeira de Melo (TAVARES, 1959).

No que se refere a Saubara ou a sua participação propriamente dita, não queremos ser lembrados como imaginário popular, fazendo alusão às Caretas do Mingau como folclore e mito. Aos especialistas da área de história que por ventura negam a existência dos embates entre saubarenses x lusitanos, afirmamos que estes precisam rever as fontes históricas. Fontes documentais não faltam para os estudos, o que cabe é um aprofundamento, ou seja, é preciso ampliar as lentes e aumentar o zoom.

Negar Saubara nas lutas pela independência do Brasil, da Bahia, é o mesmo que negar a história a sua própria historicidade. Quem nos nega renega a história e se contradiz com o contexto historiográfico. Ao certo, nos cabe reafirmar a história via oralidade ancorada na verossimilhança dos episódios acontecidos em toda extensão da costa saubarense. A partir deste fragmento podemos também afirmar que combates para a independência também aconteceram na região de Saubara. Portanto, arejar a história é mais fácil do que entendê-la. Basta olhar o aspecto geográfico quem está de frente para a Kirimurê e quem está às margens do Paraguaçu ou Subaé. Por fim, existe uma série de contribuições de Saubara neste processo de independência, expressas nesta escrita e em outros relatos não citados aqui, então podemos reafirmar que os saubarenses ajudaram, e muito, na expulsão dos lusitanos no dia Dois de Julho de 1823.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLI, Ignacio de Cerqueira e Silva. **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia**. Imprensa Oficial do Estado, 1931.
- ALBURQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **2 de Julho. A Bahia na Independência Nacional**. Fundação Pedro Calmon 2007.
- ALMEIDA, Vanessa Pereira de. **A Guerra tem rosto de mulher: as Caretas do Mingau! Narrativas da Independência da Bahia em Saubara**. Dissertação de Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e letras. Cachoeira, 2017.
- AMARAL, Braz do. **Ação da Bahia na Obra Nacional**. Salvador: EDUFBA, 2005.
- AMARAL, Braz do. **História da Independência na Bahia**. Imprensa Oficial do Estado. Bahia, 1923.
- BARROS, Alexandre Borges de. **Annaes do Archivo Publico**. Imprensa Oficial do Estado, 1924,p. 69.
- BARROS, Alexandre Borges de. **Annaes do Archivo Publico**. Imprensa Oficial do Estado, 1925, p. 54.
- CAMPOS, J. da Silva. **Fortificações da Baía**. Rio de Janeiro: Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, 1940.
- Cartilha Histórica da Bahia**. 3º Edição, 1981.
- Disponível: <http://200.187.16.150/index.php/oficio-transmitindo-ordem-do-conselho-para-que-se-marche-para-tomar-conta-dos-destacamentos-da-fortaleza-existente-de-tapurande-a-saubara>
- Disponível:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_02&pesq=saubara&pasta=ano%20194
- Disponível:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&PagFis=41138&Pesq=saubara
- Disponível: <https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/4294979400>
- DONATO, Hernâni. **Dicionário das Batalhas Brasileiras**, São Paulo: Ibrasa, 1987.
- FERRAZ, Brenno. **A Guerra da Independência na Bahia 1823-2 de julho 1923**. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia Editores, 1923.
- GUMES, Sheilla; ROSÁRIO, Rosildo Moreira do. **Êta Marujada! A arte de soltar as amarras**. Saubara, ASCMAFB 2014.

- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. RJ: IBGE, 2012.
- LEOPOLDO, Dom Duarte e Silva. **O Clero e a Independência**. São Paulo: Edições Paulinas, 1972.
- LODY, Raul. **Brasil Bom de Boca Temas da Antropologia da Alimentação**. SENAC, São Paulo, 2008.
- MARQUES, Xavier. **Ensaio Histórico sobre a Independência**, 1924.
- MELLO, Alexandre. **A guerra da Independência no mar da Bahia**(tese), São Paulo, 1974.
- NAVIGATOR. Subsídio para a História Marítima do Brasil. **Revista Militar Brasileira**. n° 10. Dezembro de, 1974.
- O Clero no Parlamento Brasileiro 1° Volume, Fundação Casa Rui Barbosa, 1978.
- Obras do Barão do Rio Branco, Volume 6, Ministério das Relações Exteriores, 1945.
- OLIVEIRA, Franklin. **Estratégias políticas na Independência**. Salvador: EGBA, 2019.
- PEDREIRA, Pedro Tomás. **“O 14 de Junho de Junho” Santo Amaro na Independência do Brasil**. Imprensa Oficial, Santo Amaro, 1970.
- PEDREIRA, Pedro Tomás. **Santo Amaro Centro Intelectual e Político da Independência da Bahia**. Santo Amaro: Imprensa Oficial, 1972.
- PINHO, Wanderley. **COLETÂNEA DE TEXTOS HISTÓRICOS**, 1990.
Revista Eclesiástica Brasileira Volume XXXII. O Clero e a Independência, 1972.
- RISÉRIO, Antonio. **Uma História da Cidade da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2004.
- ROSÁRIO, Rosildo Moreira do. **Chegança dos Marujos Fragata Brasileira. Um barco feito de canto**. Saubara: Ed. Qualigraf, 2021.
- RUY, Affonso. **Dossier do Marechal Pedro Labatut**. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1960.
- SANTOS, Joel Rufino. **O dia em que o povo ganhou**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1959.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia**, Salvador: EDUFBA, 2012.
- TITARA, Ladislau dos Santos. **Paraguassu Epopeia da Guerra da Independência na Bahia**. São Paulo, 1973.